



DOSSIÊ: IMPRENSA, MÍDIAS E REGIMES POLÍTICOS DITATORIAIS

A imprensa carioca e o autoritarismo eleitoral dos anos 1930: a disputa de narrativas sobre o Governo Provisório de 1930-1934

The Carioca press and the electoral authoritarianism of the 1930s: the dispute of narratives about the Provisional Government of 1930-1934

La prensa carioca y el autoritarismo electoral de los años 30: la disputa de las narrativas sobre el Gobierno Provisional de 1930-1934

Jaqueline Porto Zulini¹

orcid.org/0000-0001-6153-7328
jaqueline.zulini@fgv.br

**Felipe Castanho
Ribeiro¹**

orcid.org/0000-0002-5273-4028
fe.castanho@gmail.com

Recebido em: 23 fev. 2023.

Aprovado em: 28 jun. 2023.

Publicado em: 10 nov. 2023.

Resumo: Como o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas entre 1930 e 1934 forjou a construção de uma narrativa favorável sobre os seus próprios atos perante a imprensa carioca da época (ABREU, 2019)? No Brasil, a literatura tem apontado a complexa relação estabelecida pela imprensa com a ditadura militar de 1964-1985 (CAPELATO; PRADO, 1980; MOTTA, 2017), de forma similar ao observado em estudos comparados (MOTTA; TOULHOAT, 2022). A experiência autoritária de 1930-1934, porém, não recebeu a mesma atenção. O objetivo deste artigo é examinar como o jornal *O Radical*, criado para advogar em favor da Revolução de 1930, noticiou os momentos críticos que desafiaram a permanência da ditadura varguista e o consequente controle do Governo Provisório sobre o processo de reconstitucionalização do país. Analisaremos a cobertura jornalística do periódico em conjunturas políticas críticas de 1932 a 1933, contrastando com o publicado concomitantemente pelo *Diário de Notícias*, que fazia oposição à ditadura. A crítica documental revelará como *O Radical* procurou retratar os interesses puros do povo e do governo como um só ("nós", a pátria) por oposição aos ímpetus corruptos dos adversários políticos ("eles"), para disseminar a versão oficial do processo histórico conhecido como Revolução Constitucionalista e dos preparativos à convocação da Constituinte. Com esta estratégia típica da retórica populista (MUDDE; KALTWASSER, 2017), o periódico vocalizava o discurso revolucionário, em linha com o autoritarismo eleitoral dos anos 1930 (RICCI, 2019).

Palavras-chaves: autoritarismo eleitoral; História da Imprensa; Era Vargas; populismo; *O Radical*.

Abstract: How did the Provisional Government led by Getúlio Vargas between 1930 and 1934 forge the construction of a favorable narrative about its own acts before the Rio de Janeiro press at the time (ABREU, 2019)? In Brazil, the literature has pointed out the complex relationship established by the press with the military dictatorship of 1964-1985 (CAPELATO; PRADO, 1980; MOTTA, 2017), similarly to that observed in comparative studies (MOTTA; TOULHOAT, 2022). The Brazilian authoritarian experience of 1930-1934, however, did not receive the same attention. This article examines how the newspaper *O Radical*, created to advocate in favor of the 1930 Revolution, reported the critical moments that challenged the permanence of the Vargas dictatorship and the consequent control of the Provisional Government over the process of re-constitutionalization of the country. We will analyze the periodical's journalistic coverage in critical political conjunctures from 1932 to 1933, contrasting with what was published by *Diário de Notícias*, which was in opposition to the dictatorship. Analyses of documents reveals how *O Radical* sought to portray the "pure" interests of the people and the government as one ("us", the homeland) in opposition to the "corrupt" impetus of political opponents ("them"), in order to disseminate the official version of the historical process known as the Constitutionalist Revolution and the preparations for the convening of the Constituent Assembly. With this strategy typical of populist



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, Brasil.

rhetoric (MUDDE; KALTWASSER, 2017), the newspaper vocalized the revolutionary discourse, in line with the electoral authoritarianism of the 1930s (RICCI, 2019).

Keywords: electoral authoritarianism; writing of History; Vargas Era; populismo; *O Radical*.

Resumen: ¿Cómo el Gobierno Provisional liderado por Getúlio Vargas entre 1930 y 1934 fraguó la construcción de una narrativa favorable sobre sus propios actos ante la prensa carioca de la época (ABREU, 2019)? En Brasil, la literatura ha señalado la compleja relación establecida por la prensa con la dictadura militar de 1964-1985 (CAPELATO; PRADO, 1980; MOTTA, 2017), en línea con lo observado en estudios comparativos (MOTTA; TOULHOAT, 2022). La experiencia autoritaria de 1930-1934, sin embargo, no recibió la misma atención. El propósito de este artículo es examinar cómo el diario *O Radical*, creado para abogar a favor de la Revolución de 1930, informó los momentos críticos que desafiaron la permanencia de la dictadura de Vargas y el consecuente control del Gobierno Provisional sobre el proceso de constitucionalización del país. Analizaremos la cobertura periodística del periódico en coyunturas políticas críticas de 1932 a 1933, en contraste con lo publicado concomitantemente por el *Diário de Notícias*, de oposición a la dictadura. Este estudio mostrará cómo *O Radical* buscó retratar los puros intereses del pueblo y del gobierno como uno solo ("nosotros", la patria) frente al impetu corrupto de los opositores políticos ("ellos"), para difundir el discurso oficial del proceso histórico conocido como Revolución Constitucionalista y los preparativos para la convocatoria de la Asamblea Constituyente. Con esta estrategia propia de la retórica populista (MUDDE; KALTWASSER, 2017), el diario vocalizó el discurso revolucionario, en línea con el autoritarismo electoral de la década de 1930 (RICCI, 2019).

Palabras clave: autoritarismo electoral; historia de la prensa; Era Vargas; populismo; *El Radical*.

Introdução

Desde o trabalho seminal de Capelato e Prado (1980), a historiografia política tem problematizado a complexa relação estabelecida pela imprensa com a ditadura militar de 1964-1985, quando um mesmo periódico poderia oscilar entre a adesão e a acomodação ao regime (MOTTA, 2017; AQUINO, 1999; SMITH, 2000). Comparativamente, a experiência do periodismo durante o governo ditatorial exercido por Getúlio Vargas, alçado à chefia do Governo Provisório que comandaria o país de 1930 a 1934, segue pouco explorada. Os estudos disponíveis mapeiam a eferescência da imprensa carioca na época (ABREU, 2019; BARBOSA, 2006), destacando a profusão de jornais em pleno predomínio do chamado "modelo francês" de jornalismo no país: a imprensa política

de opinião³. Infelizmente, porém, o partidário declarado da imprensa daqueles anos não se converteu em uma agenda de pesquisa equivalente ao verificado para 1964-1985, a despeito do potencial refletido no estudo de Vavy Pacheco Borges (1979) sobre a relação de Vargas com os jornais da oligarquia paulista entre 1926 e 1932.

O objetivo deste artigo é examinar como o jornal *O Radical*, criado em 1932 com o autopromulgado propósito de ser o porta-voz da Revolução de 1930 que derrubou o regime republicano anterior, noticiou um conjunto de momentos reconhecidamente críticos para o Governo Provisório de Vargas. Mostraremos o contraste do conteúdo frente ao publicado pelo *Diário de Notícias*, periódico de oposição na época, como também identificaremos as estratégias discursivas d'*O Radical*, típicas da retórica populista.

A próxima seção apresenta o desenho da pesquisa, introduzindo a noção de "conjunturas críticas", em linha com a metodologia consagrada por Mahoney (2000) para orientar o nosso recorte temporal. Também justificamos a escolha pelo estudo do jornal *O Radical* e a comparação do conteúdo das publicações com o noticiado pelo *Diário de Notícias*, para efeito de controle das evidências. O foco da segunda seção se dirigirá unicamente para a forma como *O Radical* construiu uma narrativa afinada com a versão do Governo Provisório sobre a Revolução Constitucionalista: reduzida a uma sublevação separatista dos paulistas. A terceira seção aborda como *O Radical* também serviu aos interesses do Governo Provisório conforme promovera a cobertura positiva tanto acerca dos trabalhos da subcomissão nomeada por Vargas para redigir um anteprojeto constitucional, quanto relativamente aos preparativos e à realização das eleições constituintes. Nas considerações finais, apontamos como a análise d'*O Radical* contribui para os estudos de história do Brasil, em geral, e de história da imprensa, em particular. Sintetizamos também os motivos que nos fazem considerar a retórica d'*O Radical* como representativa do discurso populista, sinalizando futuras agendas de pesquisa.

³ Para uma introdução sobre as diferenças entre os modelos francês e anglo-saxão de jornalismo, ver Chalaby (1996).

O Radical e a cobertura das conjunturas críticas da política brasileira nos anos 1932-1933

Na literatura comparada, o conceito de *path dependence*, ou “dependência da trajetória”, em tradução livre, é usado sobretudo para auferir, nos estudos históricos, a dificuldade de os atores alterarem o *status quo* (MAHONEY, 2000). Com o objetivo de facilitar a identificação de momentos que constrem as opções de mudança institucional disponíveis, estabeleceu-se um consenso em torno da apuração das chamadas *critical junctures*, ou “conjunturas críticas”, uma metodologia de pesquisa disseminada por James Mahoney, que a define da seguinte forma:

Conjunturas críticas são caracterizadas pela adoção de um determinado arranjo institucional entre duas ou mais alternativas. Essas conjunturas são “críticas” porque, uma vez que uma determinada opção é selecionada, torna-se progressivamente mais difícil retornar ao ponto inicial quando ainda havia várias alternativas disponíveis (MAHONEY, 2000, p. 513, tradução nossa)⁴.

Quem se aventura pelo estudo dos anos iniciais da Era Vargas, de 1930 a 1937, pode reconhecer uma série de momentos críticos capazes de alterar os rumos políticos do país. Ao aproximar o foco sobre o período de vigência do Governo Provisório, de 1930 a 1934, a literatura disponível lista, no geral, um total de pelo menos seis destes eventos-chave. Nomeadamente: a elaboração do Código Eleitoral de 1932; o processo histórico conhecido como Revolução Constitucionalista, ocorrido no mesmo ano; a atuação da subcomissão do Itamaraty encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional; os preparativos eleitorais e o pleito à Assembleia Nacional Constituinte; os trabalhos constituintes em si, com a outorga da Carta de 1934; e a eleição presidencial que manteve Vargas no poder (ABREU, 2019; BONAVIDES; ANDRADE, 1991; GOMES *et al.*, 1980; RICCI,

2019; ROSENFELD, 2021)⁵. Afinal, em todos os casos, as escolhas tomadas pela elite no poder potencialmente condicionavam os próximos passos conforme aumentavam o custo de retomar alternativas políticas já descartadas. Basta lembrar como o pacote de reformas eleitorais outorgado em 1932 incorporava os três elementos básicos do programa de governo apresentado por Vargas durante o lançamento da sua candidatura presidencial em 1929, nomeadamente, a adoção do voto obrigatório, do voto secreto e da representação proporcional (ZULINI; RICCI, 2020).

Dado este retrospecto, a pergunta imediata que se coloca é precisamente como Vargas conseguiria forjar a construção de uma narrativa favorável sobre os seus próprios atos perante a imprensa carioca da época (ABREU, 2019). Afinal, não se pode presumir que o autoritarismo do Governo Provisório, cravado pelo Decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930 (BRASIL, 1930), que configurava o seu atestado de nascimento e lhe dava poderes discricionários (LOPES, 2019), fosse suficiente para se prescindir do apoio da imprensa. Independentemente das versões concorrentes na literatura disponível sobre a natureza do movimento que interrompeu a primeira experiência republicana e acabou mais conhecido como “Revolução de 1930” (DECCA, 2004; FAUSTO, 1997; VISCARDI, 2011), há consenso quanto ao teor da narrativa alimentada para justificar o golpe. Basicamente lida como uma campanha pela necessidade de se purificar os costumes políticos e combater as fraudes eleitorais que permitiam o encastelamento das oligarquias nos estados, corrompendo o regime representativo. Tratava-se de garantir a “verdade eleitoral”: compromisso amplamente encampado por Vargas como candidato da Aliança Liberal ao desafiar, na corrida presidencial, Júlio Prestes, o cabeça da chapa oficial governista (DECCA, 2004; FAUSTO, 1997; GOMES *et al.*, 1980; VISCARDI, 2011). Quando os aliancistas não aceitaram que se declarasse a vitória do oficialismo e derrubaram a Primeira República, desafiaram boa parte das elites

⁴ Do original: “Critical junctures are characterized by the adoption of a particular institutional arrangement from among two or more alternatives. These junctures are ‘critical’ because once a particular option is selected it becomes progressively more difficult to return to the initial point when multiple alternatives were still available.”.

⁵ Um panorama dos momentos críticos vivenciados por Vargas na fase posterior, durante o seu governo constitucional, pode ser encontrado em Mourelle (2015).

políticas estaduais. No mínimo, existia a oposição desse grupo de oligarquias decaídas para se lidar.

Uma primeira tentativa de investigar como o Governo Provisório conseguiu fazer ecoar a sua versão dos fatos na imprensa passa pelo exame da cobertura jornalística sobre a política da época levada a cabo no periódico *O Radical*, criado em 1º de junho de 1932 com o slogan "A VOZ DA REVOLUÇÃO", redigido exatamente assim, em caixa-alta. *O Radical* buscava ocupar o espaço da autopropaganda governamental no município do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, que ficara esvaziado desde o empastelamento do *Diário Carioca*, a 25 de fevereiro daquele mesmo ano. O episódio se dera como a resposta de um grupo tenentista revoltado com a matéria "Torre de Babel", crítica publicada na véspera pelo *Diário*, dirigida ao Clube 3 de Outubro, instituição tenentista que respaldava o governo e não endossava a pronta reconstitucionalização do país⁶.

Para o Governo Provisório, promover o empastelamento do *Diário* custou a chamada "crise dos demissionários", como ficou conhecida a demissão de quatro gaúchos, que até então auxiliavam Vargas, após manifestarem publicamente a insatisfação com o linchamento sofrido por aquela folha⁷. A crise ultrapassou as fronteiras do Distrito Federal, abrindo caminho para uma crise ministerial e o surgimento de oposição ao governo no Rio Grande do Sul, além de aprofundar a animosidade entre os paulistas e Vargas (HILTON, 1982). Diante da explícita necessidade de reorganizar a defesa dos princípios da revolução e do próprio Governo Provisório, o líder tenentista João Alberto Lins de Barros tutelou a criação d'*O Radical* como canal de irradiação da ideologia situacionista⁸.

A Tabela 1, a seguir, enquadra o custo d'*O Radical* nas bancas comparativamente ao preço de outros jornais de grande circulação na imprensa carioca⁹.

TABELA 1 – Custo d'*O Radical* comparativamente à precificação de outros jornais de grande circulação no Rio de Janeiro (casos selecionados, 1932)

Título do periódico	Preço avulso	Preço assinatura	Preço assinatura anual
<i>O Radical</i>	\$100	15\$000	30\$000
<i>A Noite</i>	\$100	18\$000	36\$000
<i>Diário Carioca</i>	\$100	30\$000	50\$000
<i>Diário de Notícias</i>	S/1	30\$000	55\$000
<i>Correio da Manhã</i>	\$300	40\$000	70\$000
<i>Jornal do Brasil</i>	\$300	50\$000	90\$000
<i>Jornal do Comércio</i>	\$300	50\$000	90\$000

Fonte: Ribeiro (2023, p. 62).

⁶ O texto chegou a afirmar em uma passagem que a "finalidade real do Clube 3 de Outubro era sustentar pela violência, um regime de poderes discricionários, que o sr. Getúlio Vargas, evidentemente, planejou prolongar no país" (TORRE..., 1932, p. 1).

⁷ Foram demitidos Batista Luzardo (chefe de polícia do Distrito Federal), João Neves (consultor jurídico do Banco do Brasil), Lindolfo Collor (ministro do Trabalho) e Maurício Cardoso (ministro da Justiça).

⁸ Sobre a trajetória biográfica de João Alberto, ver João (c2009).

⁹ Em 1957, com a criação do Verificador de Circulação, surgiu uma medição oficial das tiragens dos jornais no Brasil. Para o período anterior existem apenas estimativas. Acredita-se que poucos jornais da década de 1930 gozavam de independência financeira, podendo prescindir de ajuda ou subsídio de alguma organização política. No Rio de Janeiro, este seria o caso apenas dos periódicos *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Comércio*, com suas respectivas tiragens de 555 mil, 210 mil, 90 mil, 35 mil e 10 mil exemplares (LEVINE, 1980).

Os valores mostram que *O Radical* se enquadrava entre os periódicos de valor mais acessível no Rio. Assim como *A Noite*, também tinha um custo menor pelas próprias características materiais, com edições diárias de 6 a 8 páginas, em média. Já os periódicos mais caros chegavam a ter entre 12 e 30 páginas, em média, por edição diária, inclusive com seções específicas para as sucursais em outros estados, além de páginas para os correspondentes internacionais, serviço telegráfico e amplo espaço reservado aos anunciantes. Embora não tenha sido possível obter dados mais apurados sobre os leitores de *O Radical*, parece razoável supor que se tratava de um periódico voltado para o público amplo. Sua diagramação e a centralidade que as figuras assumiam em seus textos o distinguia de outras folhas consagradas do período, como o *Jornal do Comércio*, ao mesmo tempo que poderia lhe fazer parecer mais atrativo aos olhos do grande público. A penetração de *O Radical* no circuito do periodismo carioca era atestada, inclusive, na vida social da capital, pois o jornal constava entre os outros famosos títulos publicados no Distrito Federal homenageados em provas de torneios esportivos¹⁰.

No objetivo de compreender o papel de *O Radical* para a construção da propaganda política almejada pelo Governo Provisório, nos detivemos ao exame das notícias que o jornal publicou em três daquelas conjunturas críticas experimentadas por Vargas entre 1932 e 1934: a chamada Revolução Constitucionalista, os trabalhos da subcomissão do Itamaraty e os preparativos para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte¹¹. Devido à constatação de que o periódico não contava com um editorial claramente identificável, a nossa estratégia foi priorizar a análise da primeira página e estender a pesquisa pelas pá-

ginas seguintes, em busca do levantamento das notícias ligadas aos referidos temas de interesse.

Como controle do viés narrativo adotado por um jornal que se apresentava governista e tenentista, comparamos as publicações de *O Radical* com a cobertura realizada pelo *Diário de Notícias*, de perfil opositor ao governo, sobre as mesmas conjunturas críticas. Além do contraste ideológico, a comparação com o *Diário*, uma folha que já transitava para o perfil anglo-saxão do jornalismo, mais noticioso e não totalmente restrito ao periodismo de opinião, é útil para verificar o potencial contraste com as estratégias discursivas mobilizadas por cada um deles. Consideramos que enfrentar o desafio extra de investigar paralelamente um periódico com mais páginas capazes de tratar da esfera política converge com os preceitos da investigação historiográfica para evitar endossar, acriticamente, a cobertura jornalística como verdade absoluta (LUCA, 2013, 2020). No limite, um jornal publica, antes de tudo, para dialogar com os demais periódicos.

Diante do porte do *Diário de Notícias*, decidimos operacionalizar a pesquisa através da busca por palavras-chave no próprio buscador da Hemeroteca Digital, estendendo a análise para o conteúdo completo das páginas que retornavam resultados relativos às conjunturas críticas de interesse¹². Isto redundou na organização de um banco de dados que sistematiza 471 notícias publicadas no *O Radical* e 552 publicadas pelo *Diário de Notícias*¹³. A Tabela 2 apresenta a distribuição das matérias por periódico e conjuntura crítica.

¹⁰ Identificamos nove notas a este respeito publicadas entre 1932 e 1933, como, por exemplo: "O torneio de atletismo que se realizará, domingo, 9, no estádio de São Januário" (*O TORNEIO...*, 1932, p. 9).

¹¹ Como *O Radical* surge posteriormente à outorga do Código Eleitoral de 1932, este momento crítico não é coberto pela fonte. Já as outras duas conjunturas críticas que marcam a fase final do Governo Provisório (os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, com a outorga da Carta de 1934, e a eleição presidencial que inaugura a fase constitucional do governo Vargas) foram desconsideradas por causa da descontinuidade das edições do jornal disponibilizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹² Os termos *constitucional* e *constituente* foram utilizados após tentativas preliminares de pesquisa revelarem serem úteis para capturar notícias ligadas tanto à subcomissão do Itamaraty, muitas vezes referida pelo jornal como "subcomissão constitucional", quanto à Constituinte e ao processo de reconstitucionalização do país. Além disso, complementamos a pesquisa com a busca dos termos "alistamento", "eleitoral", "partido", "presidência" e "Espírito Santo", que permitiram mapear os demais momentos-criticos, conforme discutimos adiante. A pesquisa foi concluída em fevereiro de 2023. Também cabe informar a desconsideração, neste levantamento, de comentários sobre o anteprojeto constitucional assinados por outros que não fossem editores do *Diário* distribuídos por agências de notícias, como também matérias sobre a opinião de especialistas ou políticos a respeito da subcomissão do Itamaraty ou de outras conjunturas críticas, como entrevistas. O publicado na seção destinada ao serviço telegráfico tampouco foi coletado.

¹³ Para facilitar o acesso do leitor ao nosso banco de dados e seu respectivo livro de códigos, disponibilizamos ambos no site do Projeto História das Instituições Políticas (HIPOL, 2019).

TABELA 2 – Total de notícias publicadas sobre três conjunturas críticas vividas pelo Governo Provisório entre 1932 e 1933 (jornais selecionados)

TIPO DE JORNAL			
Conjuntura crítica	<i>O Radical</i> (governista)	<i>Diário de Notícias</i> (oposição)	Total
Revolução Constitucionalista/ Guerra de 1932	85	4	89
Subcomissão do Itamaraty	42	63	105
Preparativos para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte	344	485	829
Total	471	552	1023

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2023) e das edições do *Diário de Notícias* disponibilizadas pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, c2023).

Na próxima seção, iniciamos a discussão desses dados a partir da cobertura sobre o processo histórico conhecido como Revolução Constitucionalista.

Delírio separatista ou resistência aos erros da ditadura? A primeira batalha travada pel'*O Radical* para forjar a memória da Revolução Constitucionalista

Lançado em 1º de junho de 1932, *O Radical* enfrentou a primeira prova a 9 de julho, quando rebentou o movimento que o jornal passaria a denominar de Revolução Constitucionalista. As articulações em torno da conspiração remontavam a maio e demandavam a reabertura política¹⁴. Àquele tempo já se acumulavam evidências da ambivalência de Vargas quanto à reconstitucionalização do país.

Por um lado, ao assumir o poder, o Governo Provisório tratou de emitir sucessivos decretos estabelecendo a convocação de especialistas nomeados com o propósito de diagnosticar as áreas legislativas que demandavam intervenção

imediate para a restauração liberal, como as esferas civil, comercial e penal, dentre outras. A questão eleitoral constituía exatamente mais uma delas, em linha com a propaganda revolucionária. Levá-la adiante era uma questão de garantir a credibilidade do golpe que derrubou a Primeira República – e Vargas tinha *plenos poderes discricionários* para decidir se (e sob quais termos) implementaria o teor de todas as reformas sugeridas pelos juristas escolhidos por ele mesmo a fim de assessorá-lo naquela tarefa (LOPES, 2019; ROSENFILED, 2021)¹⁵.

Na contramão, o andamento do processo criou dúvidas quanto ao compromisso do governo com a promoção rápida da reforma eleitoral, uma pré-condição para a restauração liberal. Essa incerteza escalou no curso de três episódios. Primeiro, Vargas decidiu nomear Joaquim Francisco de Assis Brasil para integrar o trio de juristas encarregado de preparar um anteprojeto de reforma eleitoral. Sem dúvida, uma autoridade no assunto, mas, ao mesmo tempo, um embaixador que logo depois viajou para a Argentina. Depois, o anteprojeto se tornou o

¹⁴ Para uma síntese da cronologia do movimento e do debate historiográfico sobre as suas causas, ver Lopes e Ribeiro (2019).

¹⁵ Para detalhes sobre o rito processual estabelecido pelo Governo Provisório para promover as reformas da legislação e o impacto específico sobre a matéria eleitoral, ver Zolini (2019).

último a ventilar na imprensa, que não hesitou em considerá-lo um plágio mal traduzido da lei eleitoral uruguaia de 7 de janeiro de 1924, e ficou engavetado até dezembro de 1931¹⁶. Retornou à pauta quando um terceiro episódio sinalizou a ambiguidade do Governo Provisório em cumprir o seu compromisso público de acelerar a restauração liberal: a nomeação de Maurício de Cardoso para a pasta da Justiça. A entrada do ministro, de manifesto engajamento pela reconstitucionalização do país, ocorreu precisamente após os paulistas começarem a pressionar o governo para acelerar a convocação das eleições constituintes. De fato, sob a liderança de Cardoso, o anteprojeto acabaria revisto em menos de um mês (ZULINI, 2019).

Foi neste cenário que abria precedentes para o ceticismo da imprensa sobre a palavra do Governo Provisório que *O Radical* surgiu. Desde o mês de sua fundação, o periódico procurou desqualificar o movimento oposicionista dos paulistas, que reclamavam a reconstitucionalização imediata do país. A estratégia do jornal consistiu em atribuir características egoístas aos adversários do Governo Provisório. De um lado, *O Radical* reconhecia a existência de uma oposição ao regime Vargas em São Paulo, mas, de outro, a tratava como mero segmento da sociedade. Representativo desta narrativa, destaca-se o texto *O delírio separatista*, que frisava a ideia de que o levante paulista foi construído com intuítos secessionistas¹⁷. A reprodução de *fac-símiles* de panfletos e da primeira página de um jornal separatista que circulou em São Paulo foi outro expediente utilizado pelo matutino como o propósito de embutir autoridade à sua versão¹⁸.

A sugestão de que os constitucionalistas pau-

listas eram uma ameaça à pátria constituiu a tática empregada por *O Radical* para forjar uma narrativa tipicamente populista favorável ao governo. Se o conceito "populismo" por muito tempo só serviu para estigmatizar as experiências de governo latino-americanas (FERREIRA, 2010), a análise comparada mais recente tem buscado eliminar os juízos de valor anteriormente atrelados ao termo. No manual mais recente sobre o tema publicado pela editora Oxford, referência quando se trata de balanços sobre o estado da literatura comparada, o populismo é definido como

[...] a *thin-centered ideology* that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic camps, 'the pure people' versus 'the corrupt elite,' and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people (MUDDE; KALTWASSER, 2017 p. 6, grifo dos autores).

Os especialistas passaram a pesquisar o populismo como a

[...] expressão de um discurso político que enfatiza a disputa entre dois grupos homogêneos e antagônicos: o povo 'puro' e a elite corrupta", havendo significativo consenso "em torno da percepção de que o estudo de populismo deve enfatizar o dualismo, a contraposição e a dicotomia entre dois grupos (RICCI; IZUMI; MOREIRA, 2021, p. 2).

E isto é exatamente a descrição do que encontramos em parte das publicações de *O Radical*, contrapondo a ameaça que os paulistas ("eles") representavam à unidade da pátria ("nós"). A Figura 1 reproduz uma publicação ilustrativa desta retórica narrativa empregada por *O Radical*.

¹⁶ Tanto o *Diário de Notícias*, que fazia oposição ao governo, quanto o *Correio da Manhã*, autodeclarado jornal independente, embora oscilasse entre a crítica e a simpatia a Vargas, condenaram a complexidade e o alto custo das regras eleitorais apresentadas no anteprojeto (ZULINI, 2019).

¹⁷ Este foi o tom de 16 (18,8%) das 85 notícias que mapeamos sobre o levante, na versão do jornal, reduzido aos reclames separatistas de São Paulo. Ver, por exemplo, "Guerra ao Separatismo" (GUERRA..., 1932, p. 2); e "O Delírio Separatista" (O DELÍRIO..., 1932, p. 1).

¹⁸ Cf., a título de exemplo, "Por São Paulo, contra o Brasil porque é preciso", (POR SÃO PAULO..., 1932, p. 1); "O Delírio Separatista" (O DELÍRIO..., 1932, p. 1).

Figura 1 – A mão negra do reacionarismo separatista



Fonte: A mão... (1932, p. 2).

A imagem esboça uma grande mão identificada pela sigla "P.R.P.", referente ao Partido Republicano Paulista, tentando se apropriar de um conjunto de prédios nomeados como "S. Paulo". Metaforicamente, uma alusão à antiga oligarquia política corrompida ("eles") que pretendia voltar a se apoderar do Estado ("nós")¹⁹.

Com a eclosão do conflito, *O Radical* seguiu afirmando que o Governo Provisório estava caminhando para a reconstitucionalização pelo bem do país ("nós"). O periódico continuava retratando os opositores como meros reacionários desejosos do retorno da "República Velha" ("eles")²⁰. A diferença é que o jornal passou a pregar que a capitulação do movimento em São Paulo estava

próxima, sempre destacando como somente os paulistas se digladiavam com o Governo²¹.

No caso específico deste momento crítico, proceder ao controle da cobertura d'*O Radical* através de uma comparação com o publicado pelo *Diário de Notícias* se torna praticamente inviável. O governo instituiu a censura no Distrito Federal com a outorga do Decreto n. 21.611, exatamente de 12 de julho de 1932, por meio da criação de uma repartição na Polícia do Distrito Federal denominada "Departamento de Censura e Publicidade" (CREADO..., 1932). Vargas visava um maior controle do noticiado pela imprensa durante o conflito armado.

Em uma das raras edições em que o *Diário* noticiou o caso, tratou de reproduzir, com um *lead* redigido em caixa-alta, o manifesto dos srs. Borges de Medeiros e Raul Pilla, que lideravam a Frente Única Gaúcha de oposição ao Governo Provisório. O texto tinha sido originalmente publicado pelos jornais gaúchos *A Federação* e *Estado do Rio Grande*. Nele, não apenas se considerava que "A rebelião de S. Paulo contra a ditadura estava de há muito prevista", como se cravava: "A identidade de propósitos [...] animam S. Paulo e Rio Grande na sua resistência **aos erros da ditadura e ao seu ânimo deliberado de pôr entraves à volta do país à ordem legal**" (O MANIFESTO..., 1932, p. 4, grifo nosso).

Contudo, a ausência de evidências também encerra significado analítico. Em uma busca alternativa nas edições do *Diário* pelas palavras-chaves "separatista" e "separatismo", não houve nenhum retorno, o que sinaliza como o jornal discordava sistematicamente da interpretação veiculada pel'*O Radical*. À margem da disputa de narrativas existente em torno das pretensões por trás do defloramento do conflito, já se constatou ser mais adequado denominá-lo de Guerra Civil,

¹⁹ Ver também: "É preciso esmagar a hydra do separatismo" (É PRECISO..., 1932, p. 2).

²⁰ Trata-se de uma forma pejorativa de se referir à Primeira República e que fez parte da construção de uma narrativa enviesada construída pelos ideólogos autoritários do Estado Novo para reduzir a experiência representativa do regime anterior (GOMES; ABREU, 2009).

²¹ Exatamente outras 16 (18,8%) notas sobre a luta armada minimizavam o conflito ou o apoio de outros estados à causa, retratando "os rebeldes de São Paulo" (eles) como "objeto da execração e da maldição de todos os brasileiros [nós], que, de norte a sul, sem exceção, condenam o seu gesto infeliz" (O VEREDITO..., 1932, p. 7). Outro expediente digno de nota, observado em cerca de 10% dos comentários d'*O Radical* sobre o conflito, diz respeito à ridicularização das tropas mercenárias contratadas pelos "dirigentes e políticos" paulistas (eles), que ensanguenta e enluta a "Pátria Brasileira" (nós) (UM REPTO..., 1932, p. 1).

nomenclatura que adotaremos a partir de agora. Afinal, “milhares de soldados e voluntários de vários estados estiveram no front de batalha e todo o país se envolveu, quer legitimando, quer mobilizando a defesa ou o combate ao Governo Provisório” (LOPES, 2019, p. 27). Em última instância, a doutrinação promovida nas edições d'*O Radical*, demarcando a própria nomenclatura do movimento, serviu aos propósitos de Vargas em se tratando de manter a ordem, conquistar o apoio popular e angariar a legitimação do combate contra o que tentava associar exclusivamente aos paulistas (LOPES; RIBEIRO, 2019).

O *Radical* e a construção de uma narrativa oficial sobre os preparativos do Governo Provisório para a reconstitucionalização

A análise da cobertura d'*O Radical* sobre os preparativos conduzidos pelo Governo Provisório para a reconstitucionalização do país também revela o viés situacionista do jornal. Em 24 de fevereiro de 1932, Vargas outorgou o Código Eleitoral (Decreto n. 21.076), que determinou a adoção de um pacote de inovações institucionais de uma vez, como o voto feminino, o voto obrigatório, o voto secreto, a representação proporcional e a Justiça Eleitoral, dentre outras medidas (BRASIL, 1932a). Poucos meses depois, a 14 de maio, ainda expediu o Decreto n. 21.402, que fixou para 3 de maio de 1933 as eleições constituintes e estabeleceu a criação de uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional (BRASIL, 1932b).

Começando pelo primeiro ponto, não é difícil compreender o quanto os preparativos e a realização das eleições constituintes representavam uma conjuntura crítica naqueles anos ditatoriais. Para legitimar a Revolução nas urnas e manter a credibilidade do projeto varguista, se fazia crucial: i) assegurar o comparecimento dos eleitores; ii) convertê-lo em apoio político para o sucesso do Governo Provisório; iii) cimentar uma narrativa positiva sobre todo o processo, cunhando para si o crédito pela moralização das eleições brasileiras. Afinal, os revolucionários tinham uma

retórica a zelar para justificar o golpe de Estado em 1930, que lhes rendera a animosidade de parte das oligarquias depostas desde então. Na prática, se tratava de sobrevivência política para os primeiros demonstrar o cumprimento dos ideais usados na campanha política com que tomaram o poder. Daí Vargas ter encarregado todos os interventores federais nos estados – isto é, as pessoas nomeadas para dirigir os estados no lugar dos governadores depostos pela ditadura – de capitanear a organização de partidos alinhados à causa revolucionária nos seus respectivos estados. Essas legendas do oficialismo consistiriam em instituições-chave para a consolidação do projeto político varguista, tomando a frente do processo de alistamento eleitoral (ZULINI; RICCI, 2020).

Dentro deste projeto político, cabia aos jornais aliados atuar em ambos os sentidos, isto é: i) divulgar na imprensa os ideais dos partidos dos interventores, na tentativa de converter seus leitores em eleitores e ii) construir uma narrativa para difundir a imagem de total imparcialidade das eleições constituintes conduzidas pelo governo. A análise da cobertura realizada n'*O Radical* revela que o jornal cumpriu ambas as expectativas. No caso do Distrito Federal, a 4 de março de 1933 foi lançado o Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF), sob os auspícios do interventor Pedro Ernesto. No dia seguinte, o periódico já qualificava o programa da legenda pelo seu “idealismo revolucionário cristalizado num lindo programa político” (O IDEALISMO..., 1933, p. 1). A partir do dia 8 de março, o jornal passaria a dedicar a sua coluna homônima (“O RADICAL”) para comentários laudatórios aos ideais dos autonomistas, mantendo sistematicamente o foco no programa partidário até o dia das eleições²². Veículo autodeclarado da campanha eleitoral dos autonomistas, *O Radical* promoveu sistematicamente o alistamento e o voto na legenda, como explicita a propaganda de página inteira reproduzida na Figura 2.

²² De 8 de março a 3 de maio de 1933, *O Radical* apresentou elogiosamente o programa do Partido Autonomista por 42 edições.

Figura 2 – Alista-te e vota com o Partido Autonomista



Fonte: Alvarus (1933, p. 2).

A imagem de uma mulher recomendando o partido acenava ao eleitorado feminino, recém-incorporado ao sistema político. Descontados os anúncios pequenos espalhados pelas edições diárias e as ilustrações²³, o conjunto de notícias publicado n'*O Radical* recomendando o Partido Autonomista desde o lançamento da legenda até 3 de maio de 1933 chega a 94²⁴. O fato é que os autonomistas conseguiram eleger 60% das cadeiras destinadas à capital do país na Constituinte: excelente desempenho considerando se tratar de uma das bancadas com mais partidos registrados

disputando as eleições (ZULINI; RICCI, 2020)²⁵.

Já relativamente à promoção de uma narrativa que retratasse a condução imparcial realizada pelo Governo Provisório para a realização das eleições constituintes, observa-se que a estratégia d'*O Radical* se concentrou em exaltar todo o processo²⁶, desde o alistamento até o dia do pleito, destacando o comparecimento das mulheres às urnas.²⁷

Contudo, as eleições constituintes também foram marcadas por acusações de fraudes de diferentes tipos, parte delas alegando que os juizes destacados para o trabalho eleitoral eram "politiqueiros", atuando em benefício dos candidatos do governo (ZULINI; RICCI, 2020). Além disso, a recém-criada Justiça Eleitoral chegou a anular as eleições em três estados inteiros: Espírito Santo, Mato Grosso e Santa Catarina (RICCI, 2019). Como porta-voz do governo, *O Radical* encampou a manutenção do resultado do pleito de Santa Catarina, contestado pelos delegados do Partido Evolucionista, que denunciaram ter sido quebrado o sigilo do voto com o uso de "sobrecartas" (envelopes) transparentes para guardar as cédulas eleitorais, em desacordo com a opacidade do papel exigida pelo Código de 1932. Primeiro, o jornal ironizou a tentativa de um candidato autointeressado em anular uma eleição que ocorreu de forma regular unicamente para benefício próprio: "É transparente, no sr. Monteiro de Salles, o propósito de prejudicar um pleito que correu liso e livre como o de Santa Catharina" (TRANSPARENCIAS, 1933, p. 1). Valia-se, mais uma vez, de uma retórica populista ao contrastar a oposição reacionária e corrompida ("eles") com

²³ Por economia textual, não tivemos como aprofundar a análise das imagens publicadas n'*O Radical*, o que acabaria fugindo do escopo deste artigo, mas certamente o tema merece a atenção de novos estudos.

²⁴ Entram neste cálculo a publicação das listas de eleitores recém-alistados (O RADICAL, 1933a, p. 5), fundação de diretórios (O RADICAL, 1933c, p. 11) e, mesmo, respostas às críticas que o programa dos autonomistas recebia de outros periódicos (O RADICAL, 1933b, p. 1).

²⁵ Uma análise global dos resultados eleitorais levada a cabo por estudo recente revelou as proporções do sucesso do Governo Provisório nas urnas. Apenas em três estados – Ceará, Rio Grande do Norte e São Paulo – e no território do Acre, o partido do interventor não fez a maioria das cadeiras da bancada estadual na Constituinte. Nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1934, o número de partidos interventoristas que não foram bem-sucedidos aumentou, englobando os estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe (ZULINI; RICCI, 2020).

²⁶ Ver, por exemplo, as edições dos dias 3 de maio de 1933 (O RADICAL, 1933d, p. 2); 4 de maio de 1933 (O RADICAL, 1933e, p. 2); 17 de agosto de 1933 (O RADICAL, 1933g, p. 2); e 14 de novembro de 1933 (O RADICAL, 1933h, p. 2).

²⁷ Uma matéria representativa do tributo d'*O Radical* à participação feminina no pleito pode ser encontrada na edição de 11 de maio de 1933 (O RADICAL, 1933f, p. 2).

o bem popular assegurado pelo Governo Provisório através da realização de eleições livres e justas ("nós").

Depois, com a repercussão que o tema tomou na imprensa e a decisão definitiva da Justiça Eleitoral sobre a anulação das eleições catarinenses, *O Radical* precisou readequar o seu discurso. De uma parte, elevou o tom crítico em referência aos políticos que questionaram o resultado eleitoral: "uma quadrilha de empreiteiros do escândalo, torcendo pela anulação do pleito em Santa Catarina" (VAMOS..., 1933, p. 1). De outra parte, passou a isentar qualquer responsabilidade do Governo Provisório e do interventor de Santa Catarina na fraude em si. Segundo o jornal, apenas o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado poderia ser responsabilizado por ter efetuado a compra de sobrecartas extraoficiais, já que a Imprensa Nacional não tinha remetido sobrecartas oficiais ao estado devido à insuficiência de material. Além disso, conforme a publicação, "o próprio presidente do referido Tribunal foi em pessoa, ele mesmo, percorrer o mercado local do gênero e escolher as sobrecartas para depois, distribuí-las entre as 137 seções eleitorais" (VAMOS..., 1933, p. 1). Agora, até o presidente do TRE ("ele") se tornava, ao lado da "quadrilha" de políticos autointeressados, o antagonista da pátria ("nós"), na narrativa populista pró-Governo Provisório forjada pelo jornal.

Para se ter uma ideia da discrepância das avaliações do *Diário de Notícias* sobre todo o processo das eleições constituintes frente à cobertura realizada pelo *O Radical*, reconhecemos que as críticas do jornal de oposição do governo renderiam um artigo à parte. O *Diário* promoveu sistematicamente, em suas edições, o Partido Economista do Brasil, maior oponente dos autonomistas, ao passo que também ironizou a organização de "partidos interventoristas"²⁸. O periódico destacou que o Partido Autonomista tinha sido fundado pelos oficiais Góes Monteiro, Mendonça Lima, João Alberto e o dr. Pedro Er-

nesto, "nenhum" deles nascido no Rio. Também publicou que a legenda "recorre às velhas organizações oligárquicas, formadas, aliás, com uma aparência de autonomia, em face dos mandões da época" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1933e, p. 1). Além disso, cobriu o atraso na organização dos tribunais regionais eleitorais, os problemas no alistamento e as fraudes que levaram à anulação das eleições em três estados²⁹. Na imprensa da capital do país, o *Diário* atuou, na prática, como uma pedra no sapato de Vargas.

A outra situação que revela como os preparativos da reconstitucionalização significaram uma conjuntura crítica para o Governo Provisório diz respeito à decisão de Vargas por criar uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional. Afinal, a apresentação de um anteprojeto redigido por jurisconsultos nomeados pela ditadura para a futura Constituinte apreciar visava uma tentativa de se condicionar o conteúdo da Carta Magna de antemão, nos termos desejados pelo Governo Provisório. Subtraía-se a autonomia dos futuros deputados constituintes, repetindo-se o vivido pelo país após a Proclamação da República, na tentativa de solidificar constitucionalmente a vitória da propaganda revolucionária (BONAVIDES; ANDRADE, 1991; GOMES, 1980; ROSENFELD, 2021).

Mais conhecida como a subcomissão do Itamaraty por realizar parte dos seus trabalhos em prédio homônimo, onde funcionava o Ministério de Relações Exteriores, a formação se constituía de treze membros. Suas reuniões ocorreram de 11 de novembro de 1932 a 2 maio de 1933, restando ultimar, depois disso, a sistematização e redação final do anteprojeto. Antes mesmo da instalação dos trabalhos, quando ainda se especulava quem seriam os potenciais notáveis comissionados pelo ditador para aquela tarefa, *O Radical* veio a público reivindicar que a subcomissão do Itamaraty contasse efetivamente com representantes de todas as classes e grupos políticos, em nítida defesa da representação corporativa (O ANTE-PROJECTO..., 1932, p. 2). Também conhecida

²⁸ A expressão foi literalmente utilizada em notícia sobre o caso capixaba (CHEGOU..., 1933, p. 3), mas notícias sobre os partidos formados pelos interventores também podem ser encontradas, a título de exemplo, em: *Diário de Notícias* (1933a, p. 3 - "partidos situacionistas"; 1933c, p. 3).

²⁹ Verificam-se 83 notícias publicadas em edições sucessivas a este respeito, entre janeiro e novembro de 1933.

como *representação classista* ou, ainda, *representação das classes profissionais*, a representação corporativa dizia respeito ao modelo instituído de última hora na letra do Código Eleitoral de 1932 pelo próprio Vargas (ZULINI, 2019) para estabelecer a presença, na Assembleia Constituinte, de deputados-empregados e de deputados-empregadores. Ao contrário dos demais deputados, que seriam escolhidos pelo voto popular, a seleção desses dois novos grupos de representantes ficou condicionada a votações realizadas estritamente pelas associações e sindicatos reconhecidos pelo Governo Provisório.

O tema estava na pauta do movimento tenentista e integrava o programa do Clube 3 de Outubro (GOMES, 1980), dado que os tenentes compreendiam a adoção desse sistema como instrumento de cooptação do proletariado. Além disso, o Governo Provisório enxergava no voto classista a possibilidade de atrair o apoio do mundo corporativo e fabricar uma maioria na Constituinte (GOMES, 1980; FAGUNDES, 2019; ROSENFELD, 2021). Esta preocupação se mostrava mais uma evidência da forma como Vargas percebia a possibilidade de abertura política: um grande teste eleitoral para os revolucionários (ZULINI; RICCI, 2020).

Ainda em dezembro de 1932, os membros da subcomissão do Itamaraty decidiram, por 7 votos a 5, rejeitar a representação corporativa. O assunto virou problema de capa d'*O Radical*, que recriminou todos aqueles que se opunham à mesma (A FUTURA..., 1932, p. 1). Na "Nota do Dia" seguinte, a folha taxou que a subcomissão retirara direitos do povo ao negar a representação do proletariado através das suas classes na Constituinte (NOTA..., 1932, p. 1).

Vencida no seio da subcomissão, a representação de classes não saiu da agenda d'*O Radical*. Com o propósito de conscientizar os leitores sobre o equívoco da subcomissão nesta matéria, o assunto se tornou título de uma série de publicações programadas, divididas em 11 edições do jornal lançadas entre 22 de fevereiro e 11 de março de 1933 (REPRESENTAÇÃO..., 1933a-1933k, p. 7). Durante ambos os meses, a "Nota do Dia",

importante coluna do jornal nesta sua fase inicial, também foi um braço da militância do periódico pela pauta – e com o mesmo viés populista do discurso: "o proletariado pode estar certo de que o governo não é esse bando de saudosistas [eles], os 'carcomidos caídos da velha República' que sempre viveram apartados e desprezados da opinião pública e do povo ['nós']" (NOTA..., 1933a, p. 1)³⁰. O periódico vocalizava a investida do Governo Provisório contra o Superior Tribunal Eleitoral que, consultado sobre o texto do decreto que regularia a eleição dos deputados classistas para a Constituinte, também proferiu parecer contrário, considerando-a impraticável. Para *O Radical*, uma posição que refletia a "atmosfera de preconceitos" daquela Corte sobre o tema.

Em trabalho recente focado no exame das causas e consequências por trás da adoção da Justiça Eleitoral no país, observou-se que o Governo Provisório não se deteve em transcender a autonomia da Corte quando se tratava de preparar o terreno para assegurar a vitória da Revolução nas urnas se não houvesse meios de evitar a reconstitucionalização (ZULINI, 2019). Foi o que aconteceu no caso da representação corporativa às eleições constituintes, revelando mais uma vez o autoritarismo de Vargas ao fazer uso de seus poderes discricionários para impor a própria vontade. No final, o modelo corporativo de representação se concretizou imposto por decreto do Governo Provisório em 1933, mas não garantiu ampla maioria a Vargas na Assembleia, que acabou aprovando uma Carta Magna distante das preferências do ditador (FAGUNDES, 2019; ROSENFELD, 2021).

A título de controle, cabe pontuar a cobertura que o *Diário de Notícias* dedicou ao expediente da subcomissão do Itamaraty, em geral, e à representação classista, em particular. No primeiro caso, durante a cobertura da fase de reuniões do comitê, o periódico priorizou sínteses sobre o le-

³⁰ Outras nove edições do periódico propagaram a representação de classes, nesta coluna, de 19 de fevereiro a 18 de março 1933 (NOTAS..., 1933b-1933j, p. 1).

que temático das discussões³¹. Fazendo jus ao seu lugar na oposição do Governo, o *Diário* também problematizou a conveniência do serviço prestado pelos juristas: "O trabalho exaustivo a que se entrega a subcomissão de reconstitucionalização [...] bem pode ser modificado, ou mesmo rejeitado pela Constituinte" (FÓRA..., 1933, p. 1). Era uma provocação direta a quem não cogitasse a autonomia da Assembleia eleita para preparar a Carta Magna – e uma forma de problematizar a autoridade ditatorial de Vargas. A folha também repercutia os embates travados entre os membros da subcomissão que importaram no afastamento temporário de Arthur Ribeiro, insatisfeito com o encaminhamento da questão relativa ao Poder Judiciário, e do general Góes Monteiro, incomodado com a má recepção da sua tentativa de mudar a bandeira nacional³². Contudo, a pressão do jornal foi maior durante a espera pela divulgação do texto consolidado, liberado para conhecimento público dias antes da instalação da Constituinte, após ser alvo da "amputação discricionária" promovida pelo Governo Provisório, uma crítica explícita ao autoritarismo de Vargas (AMPUTAÇÃO..., 1933, p. 2).

Tampouco a representação de classes agradou ao *Diário*. Ao noticiar que, independentemente de a subcomissão ter rejeitado o voto classista, o Governo Provisório estaria disposto a adotá-lo, o jornal questionou um ponto pleiteado por Vargas.

Não nos cabe, neste rápido comentário, opinar a respeito da legitimidade ou ilegitimidade da representação das classes", embora pareça "que as próprias classes proletárias alimentam dúvidas quanto às virtudes e às finalidades dessa representação (CONSTITUINTE, 1933, p. 1)³³.

Outra crítica que explicitou o dissenso do *Diário* frente à propaganda do governo difundida

pelos páginas d'*O Radical*, colocando em xeque os ideais republicanos do ditador.

O desfecho de tudo isto é conhecido. Embora a adoção do Código Eleitoral de 1932 ainda conste nos manuais sobre a história do voto no Brasil como um passo na direção da democracia (NICOLAU, 2012; PORTO, 2012), a experiência ditatorial de 1930-1934 se revelou um exemplo típico de *autoritarismo eleitoral*. A expressão é utilizada para designar regimes que toleram a realização de eleições, mas trabalham sistematicamente para enviesá-las a seu favor (RICCI, 2019). Quando ficou clara para o Governo Provisório a dificuldade de conter as oposições, Vargas fechou de vez o regime, tanto pela abolição dos canais institucionais de representação política (ZULINI; RICCI, 2020) como pelo recrudescimento da censura à imprensa (ABREU, 2019; BARBOSA, 2006).

Considerações finais

A análise d'*O Radical* realizada neste artigo traz implicações teóricas e metodológicas para o debate acadêmico disponível na fronteira dos estudos de História do Brasil e da História da Imprensa. Do ponto de vista do argumento, revela-se o potencial da interlocução comparada para inspirar a revisita do passado a partir de novas questões problematizadas no presente. De um lado, recuperamos a relevância teórica do estudo da imprensa de opinião (CHALABY, 1996) em contextos autoritários como o experimentado pelo Brasil da Era Vargas. De outro, encampamos a retomada do estudo da retórica populista na análise da imprensa pela lente do debate internacional mais recente, que supera os juízos de valor tradicionalmente embutidos na análise do conceito ao passar a investigá-lo tão-somente como a dualidade discursiva onde se antagoniza a pureza do povo com a corrupção da elite (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Metodologicamente, o desenho de pesquisa apresentado pretendeu operacionalizar as vantagens da interdisciplinaridade entre o fazer historiográfico e a ciência política ao conjugar uma análise baseada em métodos mistos, com o exame qualitativo das notícias levantadas

³¹ Das 51 notícias computadas sobre as sessões da Subcomissão do Itamaraty, 34 (66,7%) resumiam os tópicos principais de estudo dos notáveis, em linha com o já mapeado pela literatura disponível (BONAVIDES; ANDRADE, 1991; ROSENFELD, 2021).

³² 14 (27,4%) das notícias sobre esta fase de reuniões da Subcomissão do Itamaraty são apontadas como tendo algum conflito. Ver, por exemplo, as edições do *Diário de Notícias* (1933b, p. 1; 1933d, p. 2).

³³ Dentre 25 notícias tratando do tema, além do publicado no n. 923 (CONSTITUINTE, 1933, p. 1), também verificamos avaliações áspers do *Diário* sobre a representação de classes em outros seis casos (A REPRESENTAÇÃO..., 1933, p. 1; DELEGADOS..., 1933, p. 3; POLITICA DE..., 1933, p. 3; POLITICA..., 1933, p. 3; SYNDICALISMO..., 1933, p. 3; UM TANTO..., 1933, p. 2).

quantitativamente. Recorremos à definição de *conjunturas críticas* cunhada por Mahoney (2000) e já bem-estabelecida internacionalmente para viabilizar o estudo. Trata-se de uma alternativa à análise longitudinal de jornais realizada de forma mais artesanal, com o estudo exaustivo de todas as edições diárias para um determinado período de interesse. Com o estabelecimento de marcos temporais pré-definidos como críticos para a confecção da pesquisa, o analista evita sucumbir ao mergulho por uma grande massa documental sem bússola. Do ponto de vista empírico, acreditamos que o estudo de *O Radical* contribuiu para mapear como o governo não pode prescindir da imprensa mesmo em um contexto de autoritarismo eleitoral. O Governo Provisório de 1930-1934 representava uma ditadura em busca de legitimação eleitoral e o periodismo oficial servia para estancar a crise política; arrefecer a conspiração que acontecia contra ele e que desembocou na Guerra de 1932; e estabelecer uma agenda de debate político favorável aos princípios do governo na tentativa de condicionar os trabalhos constituintes. Neste papel, a forma como *O Radical* noticiava as conjunturas críticas da época dentro da retórica populista que opõe a pátria (*nós*) aos opositores (*eles*) atendeu, portanto, ao apelo estratégico de sobrevivência política dos revolucionários de 1930.

Finalizamos apontando duas agendas potencialmente promissoras para futuras pesquisas na fronteira da história da Imprensa e da política na Era Vargas. Uma delas diz respeito ao estudo do papel das imagens para a demarcação dos discursos oficiais sobre momentos-críticos, que fugia do escopo deste artigo, mas decerto contribuiria para a melhor compreensão do impacto visual sobre a disputa de narrativas observada na época. A outra agenda se refere ao estudo dos jornais político-partidários no pré-1945. Certamente, novos trabalhos poderão confirmar se o apelo à retórica populista constatado nas publicações de *O Radical* corresponde a um padrão ou se mostra exceção no modelo discursivo do periodismo praticado no país àquele tempo. Perante a riqueza de títulos disponíveis para consulta, há um rico

acervo para se explorar a relação da imprensa opinativa com a ditadura dos anos 1930-1937 e, até mesmo, retornando aos anos oligárquicos, dando-lhes a devida dignidade temática.

Referências

A FUTURA organização do Brasil. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 177, p. 1, 2 dez. 1932.

A MÃO negra do reaccionarismo separatista. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 41, p. 2, 18 jul. 1932. 1 ilustração.

A REPRESENTAÇÃO profissional e as classes liberais. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 2027, p. 1, 1º ago. 1933.

ABREU, Alzira Alves. *Acontecimentos políticos brasileiros pela ótica da imprensa*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

ALVARUS. Alista-te e vota com o Partido Autonomista. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 273, p. 2, 11 mar. 1933. 1 ilustração.

AMPUTAÇÃO discricionaria. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 2114, p. 2, 30 out. 1933.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência; o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia (1926-1932)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

BRASIL. *Decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930*. Revogado pelo Decreto n. 11 de 1991. Brasília, DF: Presidência da República, 1930. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19398.htm. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3385, 26 fev. 1932a.

BRASIL. Decreto n. 21.402, de 14 de maio de 1932. Fica o dia três de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembleia Constituinte e cria uma comissão para elaborar e anteprojeto da Constituição. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 9486, 17 maio 1932b.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 303-26, Sep. 1996.

- CHEGOU a vez do Espírito Santo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 958, p. 3, 9 fev. 1933.
- CONSTITUINTE. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano III, n. 923, p. 1, 5 jan. 1933.
- CREADO, na Polícia, o Departamento de Censura e Publicidade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 32, n. 11.532, 14 jul. 1932.
- DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DELEGADOS proletários. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 2017, p. 3, 22 jul. 1933.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: [s. n.], ano III, n. 940, 22 jan. 1933a.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: [s. n.], ano IV, n. 1021, 13 abr. 1933b.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: [s. n.], ano IV, n. 1035, 27 abr. 1933c.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: [s. n.], ano IV, n. 956, 7 fev. 1933d.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: [s. n.], ano IV, n. 984, 7 mar. 1933e.
- É PRECISO esmagar a hydra do separatismo. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 40, 2. ed., p. 2, 16 jul. 1932.
- FAGUNDES, Luciana Pessanha. A representação profissional no Brasil: das primeiras décadas republicanas à implementação nos anos 1930. In: RICCI, Paolo. *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019. cap. 8, p. 199-227.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FÔRA de tempo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 921, p. 2, 3 jan. 1933.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. *Biblioteca Nacional Digital*, Rio de Janeiro, c2023.
- GOMES, Angela de Castro et al. (coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GOMES, Angela de Castro; ABREU, Marta. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. Apresentação. *Revista Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 1-14, 2009.
- GUERRA ao Separatismo. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 2, 4 jun. 1932.
- HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- HIPOL. *Projeto HIPOL*. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://projetohipol.wordpress.com/>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- JOÃO Alberto. In: MAYER, Jorge Miguel. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, c2009. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1. Acesso em 7 de fevereiro de 2022.
- LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LOPES, Raimundo Hélio. O poder discricionário: ditadura e constitucionalização no Governo Provisório. In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o código eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019. p. 19-40.
- LOPES, Raimundo Hélio; RIBEIRO, Felipe Castanho. O Distrito Federal e a Guerra de 1932: a construção de um front interno pelo Governo Provisório. *Em Tempo de Histórias*, Brasília, v. 1, n. 33, p. 160-175, 2019.
- LUCA, Tania Regina. L'utilisation de fonds périodiques: réflexions méthodologiques. In: ROLLAND, Denis; SANTOS, Marie-José F.; RODRIGUES, Simile. (org.). *Le Brésil territoire d'histoire: historiographie du Brésil contemporain*. Paris: L'Harmattan, 2013. p. 251-259.
- LUCA, Tania Regina. Magazines and the writing of history: some interpretative challenges (2. ed.). In: ABREU, Márcia; SILVA, Ana Cláudia Suriani da (ed.). *The cultural revolution of the nineteenth century: theatre, the book-trade and reading in the transatlantic world*. London: Bloomsbury Academic, 2020. p. 44-65.
- MAHONEY, James. Path dependence in historical sociology. *Theory and Society*, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 507-548, Aug. 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 367-379, 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; TOULHOAT, Mélanie. Apresentação do Dossiê "Resistência, adesão e acomodação na América Latina: Imprensa e humor em contextos autoritários". *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 37, p. e0100, 2022.
- MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- MUDEDE, Cas; KALTWASSER, Rovira Cristobal. *Populism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 178, p. 1, 3 dez. 1932.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 235, p. 1, 1º fev. 1933a.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 253, p. 1, 19 fev. 1933b.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 255, p. 1, 21 fev. 1933c.

- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 256, p. 1, 22 fev. 1933d.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 257, p. 1, 23 fev. 1933e.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 258, p. 1, 24 fev. 1933f.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 259, p. 1, 25 fev. 1933g.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 262, p. 1, 28 fev. 1933h.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 265, p. 1, 3 mar. 1933i.
- NOTA do dia. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 280, p. 1, 18 mar. 1933j.
- O ANTE-PROJECTO da Constituição. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 2, 4 jun. 1932.
- O DELIRIO Separatista. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 39, 2. ed., p. 1, 15 jul. 1932.
- O IDEALISMO revolucionario crystalizado num lindo programma politico. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 267, p. 1, 5 mar. 1933.
- O MANIFESTO dos srs. Borges de Medeiros e Raul Pilla... *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano III, n. 759, p. 4, 20 jul. 1932.
- O RADICAL. Rio de Janeiro: [s. n.], ano II, n. 272, 10 mar. 1933a.
- O RADICAL. Rio de Janeiro: [s. n.], ano II, n. 278, 16 mar. 1933b.
- O RADICAL. Rio de Janeiro: [s. n.], ano II, n. 298, 5 abr. 1933c.
- O RADICAL. Rio de Janeiro: [s. n.], ano II, n. 322, 3 maio 1933d.
- O RADICAL. Rio de Janeiro: [s. n.], ano II, n. 323, 4 maio 1933e.
- O RADICAL. Rio de Janeiro: [s. n.], ano II, n. 329, 11 maio 1933f.
- O RADICAL. Rio de Janeiro: [s. n.], ano II, n. 414, 17 ago. 1933g.
- O RADICAL. Rio de Janeiro: [s. n.], ano II, n. 490, 14 nov. 1933h.
- O TORNEIO de atletismo que se realizará, domingo, 9, no estádio de São Januário. *Diário De Notícias*, Rio de Janeiro, n. 830, p. 9, 30 set. 1932.
- O VEREDITO inapelável da opinião pública. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 36, p. 7, 12 jul. 1932.
- POLITICA DE "experiencias". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 2015, p. 3, 20 jul. 1933.
- POLITICA proletaria. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 1076, p. 3, 10 jun. 1933.
- POR SÃO PAULO, contra o Brasil porque é preciso. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 44, 2. ed., p. 1, 21 jul. 1932.
- PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- REPRESENTAÇÃO de classes. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 256, p. 7, 22 fev. 1933a.
- REPRESENTAÇÃO de classes II. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 257, p. 7, 23 fev. 1933b.
- REPRESENTAÇÃO de classes III. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 258, p. 7, 24 fev. 1933c.
- REPRESENTAÇÃO de classes IV. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 259, p. 7, 25 fev. 1933d.
- REPRESENTAÇÃO de classes V. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 264, p. 7, 2 mar. 1933e.
- REPRESENTAÇÃO de classes VI. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 265, p. 7, 3 mar. 1933f.
- REPRESENTAÇÃO de classes VII. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 266, p. 7, 4 mar. 1933g.
- REPRESENTAÇÃO de classes VIII. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 269, p. 7, 7 mar. 1933h.
- REPRESENTAÇÃO de classes IX. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 270, p. 7, 8 mar. 1933i.
- REPRESENTAÇÃO de classes X. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 271, p. 7, 9 mar. 1933j.
- REPRESENTAÇÃO de classes XI. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 273, p. 7, 11 mar. 1933k.
- RIBEIRO, Felipe Castanho. *A conjuntura politica dos anos iniciais da Era Vargas: o uso instrumental do jornal O Radical na construção da narrativa oficial sobre momentos críticos (1932-1934)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2023.
- RICCI, Paolo. *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019.
- RICCI, Paolo; IZUMI, Mauricio; MOREIRA, Davi. O populismo no Brasil (1985-2019): um velho conceito a partir de uma nova abordagem. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 107, p. 1-22, 2022.
- ROSENFELD, Luis. *Revolução conservadora: genealogia do constitucionalismo autoritário brasileiro (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SYNDICALISMO. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 1060, p. 3, 24 maio 1933.
- TORRE de Babel. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano V, n. 1124, p. 1, 24 fev. 1932.
- TRANSPARENCIAS. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 457, p. 1, 6 out. 1933.

UM REPTO do General Góes Monteiro ao General Klinger. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano I, n. 69, p. 1, 16 ago. 1932.

UM TANTO embrulhado... *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 1021, p. 2, 13 abr. 1933.

VAMOS ao julgamento. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 472, p. 1, 24 out. 1933.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do "café com leite"*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

ZULINI, Jaqueline Porto. Obra de Assis Brasil? A tramitação do Código Eleitoral de 1932. In: RICCI, Paolo. *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019. cap. 2, p. 41-59.

ZULINI, Jaqueline Porto; RICCI, Paolo. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 600-623, jul. 2020.

Agradecimentos

O apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo foi fundamental para a realização de parte da pesquisa que se materializou na forma deste artigo (Processo FAPESP n. 17/19828-0). Trata-se de uma agenda de pesquisa que desenvolvemos junto ao Projeto HIPOL – História das Instituições Políticas, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Agradecemos aos comentários dos pareceristas anônimos da revista *Estudos Ibero-Americanos*, cujas sugestões nos permitiram melhorar significativamente o argumento. Todos os erros e incongruências que possam ter restado são de nossa inteira responsabilidade.

Jaqueline Porto Zulini

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil, com pós-doutorado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, SP, Brasil. Professora da FGV, no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Felipe Castanho Ribeiro

Doutor em História pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professor da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Endereço para correspondência

JAQUELINE PORTO ZULINI

Fundação Getúlio Vargas

Praia de Botafogo, 190, 14º andar, sala 1420

Botafogo, 22253-900

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.